PUC Minas
E&G Economia & Gestão
ISSN 1984-6606

COMO SE DÁ A SEGURANÇA DE QUEM TRABALHA COM A SEGURANÇA PÚBLICA? O TRABALHO POLICIAL, MEDOS E PRIVAÇÕES

HOW DOES THE SAFETY OF ABOUT WORKING WITH THE PUBLIC SAFETY? POLICE WORK, FEARS AND DEPRIVATION

Anne Griza
Escola de Administração - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
agriza@gmail.com

Neusa Rolita Cavedon
Escola de Administração - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
neusa.cavedon@ufrgs.br

Submissão: 01/03/2015
Aprovação: 26/04/2016

RESUMO

Este artigo objetiva trazer à luz alguns dados de pesquisa acerca do medo e das privações vividos pelos policiais em seu trabalho. Para isso, procedeu-se à pesquisa qualitativa, com a utilização de um estudo de caso. Os dados foram obtidos através de observação direta e de entrevistas semiestruturadas com oito policiais do DECA (Departamento Estadual da Criança e do Adolescente), da Polícia Civil do Rio Grande do Sul e analisados com base na análise de conteúdo. Os principais resultados dão conta de que o trabalho do policial civil possui características bastante objetivas, como a construção de inquéritos policiais e a investigação de crimes. As características subjetivas do trabalho desses profissionais demonstram que eles realizam suas atividades em condições muitas vezes precárias e muito próximas do perigo, fazendo com que suas rotinas de trabalho e de vida sejam perpassadas pelo medo. Isso os coloca em situação de duplo alerta, ao se sentirem responsáveis pela segurança da sociedade, se veem também obrigados a permanecer em estado de prontidão para sua própria segurança e daqueles que privam de suas relações.

Palavras-chave: Polícia Civil. Trabalho do policial. Medos. Privações.

ABSTRACT

This article aims to bring to light some research data about the fear and hardship experienced by police in their work. For this, we proceeded to qualitative research with the use of a case study. Data were collected through direct observation and semi-structured interviews with eight officers of DECA (state Department of Children and Adolescents), Civilian Police of Rio Grande do Sul and analyzed using content analysis. The main results realize that the work of civilian police has quite objective characteristics, such as the construction of police inquiries and investigation of crimes. The subjective characteristics of their work show that they perform their activities in often poor conditions and very close to the danger, making their daily work and life are pervaded by fear. This puts them in a situation of double alert, to feel responsible for the safety of society, also see themselves forced to remain on standby for their own safety and those who deprive their relationships.

Keywords: Civilian Police. Police Work. Fears. Deprivations.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, quando o assunto em referência diz respeito à ação da polícia, independentemente da função e das atividades exercidas pelos profissionais da área, imediatamente o cidadão é remetido para a ideia de violência, da falta de segurança nos grandes centros urbanos e da ineficiência no combate ao crime por parte de determinados setores da polícia. Todavia, a polícia se constitui no aparelho do Estado responsável pela proteção dos cidadãos, além de detentora do direito ao uso legítimo da força quando e onde ela se fizer necessária (WEBER, 1944; MONJARDET, 2003). Na realidade, o trabalho policial vai além do combate ao crime, e se produz mediante a realização de diversas tarefas, muitas vezes difíceis de serem definidas, mesmo por aqueles que as realizam (BRETAS, 1997; BITTNER, 2003; MONJARDET, 2003).

Os estudos (BRETAS, 1997; BITTNER, 2003; MONJARDET, 2003; PONCIONI, 2008) acerca da realidade policial normalmente tendem a enfatizar aspectos objetivos do trabalho. Poncioni (2008) afirma que os enfoques desses trabalhos são normalmente as funções policiais, suas estratégias, sua organização e sua retórica, além da vocação policial e dos conhecimentos teóricos exigidos desses profissionais. Esses estudos, ao mesmo tempo em que buscam caracterizar a profissão de policial, reconhecem que dela faz parte uma grande gama de atividades, muitas vezes de difícil definição ou delimitação (BITTNER, 2003; MONJARDET, 2003), devido ao fato de envolverem aspectos subjetivos importantes.

Autores como Adorno e Peralva (1997), Minayo, Souza e Constantino (2007) e Souza et al. (2007) buscam em suas pesquisas contemplar a face subjetiva do trabalho policial, todavia, esses estudos ainda são incipientes, quando se trata da Polícia Civil no Brasil. Desse modo, na busca por ampliar o universo de estudos que versam sobre a subjetividade do trabalho policial, este artigo tenta lançar luz sobre uma questão que permeia a atuação desses profissionais, qual seja, o medo e as privações inerentes à atividade. Em outro trabalho (GRIZA, 2012) foi identificada na cultura organizacional dos policiais civis a proximidade com o perigo, algo que transforma a visão de mundo desses profissionais de maneira peculiar.

O medo é uma resposta benéfica aos perigos do mundo. É ele que permite aos seres humanos a sobrevivência, pois gera as respostas de luta e fuga nas situações em que a vida está em perigo (BAUMAN, 2008; SPOSITO, 2009). O medo em demasia, ao contrário, transforma-se em sofrimento, dado o fato de que o estado de alerta e a ansiedade, elementos

do medo, prejudicam a qualidade de vida dos indivíduos e daqueles que os cercam (DANTAS, s/d; SPOSITO, 2009).

Para Bauman (2008) a sociedade líquido-moderna vive com medo. Os seres humanos precisam lidar com o medo da morte, com o medo dos desastres naturais e com o medo dos demais seres humanos. Nenhuma outra sociedade esteve tão equipada para lidar com os perigos e, ao mesmo tempo, sentiu tanto medo como a sociedade líquido-moderna.

Teme-se tudo, tudo pode acontecer. As casas são como fortalezas e aqueles que não pertencem ao círculo social dos indivíduos tornam-se estranhos, passíveis de maldades até que se prove o contrário. Os indivíduos vivem a ansiedade do medo, mesmo que ele não esteja presente, sentem que necessitam estar alertas, pois suas vidas correm perigo a todo tempo e lugar.

Assim, este artigo tem como objetivo compreender os medos e as privações enfrentados pelos policiais na realização cotidiana de suas atividades de trabalho. Para tanto, este trabalho está estruturado de modo a que inicialmente seja traçado um apanhado do trabalho policial, que permita ao leitor uma aproximação com as tarefas e os modos de atuação desse profissional sob uma perspectiva teórica. Em seguida, algumas considerações acerca do medo são expostas. O referencial teórico será apresentado para posteriormente servir de base para as análises dos achados de campo obtidos através de uma abordagem qualitativa com observação sistemática e entrevistas, método também explicitado ao longo do texto. As considerações finais fecham o artigo apontando caminhos para futuras pesquisas.

2 O TRABALHO POLICIAL NA VISÃO DE DIFERENTES AUTORES

A polícia representa o poder do Estado e é a força pública responsável pela ordem e pela repressão aos crimes. É ela a detentora do recurso legítimo à força, ou seja, somente à polícia cabe esse uso sem ferir os direitos dos demais cidadãos, quando e onde for solicitada a fazê-lo, de modo coercitivo (WEBER, 1944; TAVARES DOS SANTOS, 1997; MONJARDET, 2003).

Os policiais civis no Rio Grande do Sul são divididos em escrivães e inspetores. Os primeiros são responsáveis pelo trabalho principalmente realizado dentro das delegacias, como o recebimento das queixas e montagem dos inquéritos, e os segundos são responsáveis principalmente pelo trabalho de investigação, normalmente realizado fora das delegacias (HAGEN, 2006).

O trabalho policial, conforme Monjardet (2003) acontece sob três condições: 1) a polícia é um instrumento de produção, caracterizado pela divisão e especialização de determinadas tarefas, técnicas e procedimentos representativos de sua dimensão organizacional; 2) ela é uma instituição criada para promover e proteger os interesses coletivos, por isso, incorpora os valores sociais e, através de seu controle, faz valer esses valores; 3) os policiais são um grupo de trabalho especializado, com interesses, culturas, critérios de identificação e identidades próprios.

Investigar e prender criminosos são as atividades que dão mais prestígio e visibilidade aos policiais, mas não são as únicas que eles exercem. Num departamento de polícia, todo o trabalho administrativo e demais serviços são realizados por policiais, pois é creditado a esse profissional a eficiência e a confiabilidade necessárias para a realização dessas tarefas. Para isso, eles utilizam os conhecimentos e as atitudes adquiridas no policiamento, incluindo sua capacidade de não divulgar aspectos profissionais que requerem sigilo para não atrapalhar as operações em andamento (BITTNER, 2003; HAGEN, 2006).

Bretas (1997) e Monjardet (2003) partem do estudo da identidade, da cultura organizacional e da mentalidade do policial para compreenderem as tarefas executadas por esses profissionais. Quando se verifica os depoimentos dos policiais, em realidades sociais as mais diversas, é possível perceber a existência de uma unidade, cujas definições assemelham-se a pontos de ligação entre esses profissionais, que lhes garantem a condição de um grupo. Para Monjardet (2003), existe uma condição policial, responsável por produzir efeitos parecidos com os da profissão, que pode explicar as formas ambíguas e paradoxais desses trabalhadores. Essa condição é considerada um destino social imposto, não escolhido pelos policiais, e não é fundadora de identidade, como acontece com a profissão, mas sim, funda uma diferença, que se desdobra em solidariedade grupal.

Para que os policiais realizem o seu trabalho, são exigidas competências de duas ordens distintas: aquelas construídas subjetiva e empiricamente (traços de caráter e experiência na profissão) e aquelas construídas objetiva e teoricamente (qualificação fundada em conhecimentos formais). São essas competências que permitem ao policial a realização de seu trabalho de maneira eficaz e com o mínimo de erros (MONJARDET, 2003).

Bittner (2003), com base nessas colocações, desenvolve alguns pontos do trabalho policial na atualidade, ligando-os às características pessoais específicas daqueles que o executam. Para o referido autor, o policiamento é uma atividade complexa, que exige daqueles que a executam conhecimentos e habilidades, pois enfrenta problemas sérios,

podendo esses profissionais fazer uso da força, e confiar força a alguém, numa cultura em que seu uso pode não estar baseado na legitimidade, mas, tem um significado especial.

Por não contar com técnicas que habilitem o profissional à realização das tarefas, é exigido do policial experiência e capacidade de julgamento. É através da experiência que esse profissional aprimora seu julgamento e realiza as tarefas de modo mais eficiente, pois é esperado do policial que ele tenha a capacidade de terminar sozinho a tarefa que lhe coube iniciar (BITTNER, 2003).

Além disso, é preciso que o policial aprenda a manter seus sentimentos de raiva, indignação, repulsa ou medo sob controle durante a realização de seu trabalho, pois se o policial agir em determinadas situações como qualquer outra pessoa iria agir, ele perde o direito de praticar qualquer ocupação especializada ou mesmo sua profissão. Desse modo, para Bittner (2003), o policial não é contratado como pessoa, mas sim, são contratados os níveis mais profundos e viscerais de sua *psique*, tornando seu *status* degradante, independentemente dos objetivos que existam por trás dele.

Monjardet (2003) resume as características de trabalho desses profissionais, definindo-o como: trabalho em pequenas equipes com pouco enquadramento; seleção implícita das tarefas e da maneira de atuar; iniciativa como tônica do trabalho; capacidade de discernimento e predomínio dos conhecimentos individuais para a solução dos casos. Por último, o referido autor enfatiza a autonomia para a ação como traço particular do trabalho policial, corroborando os achados de Bittner (2003).

Na busca pela compreensão do trabalho policial, Monjardet (2003) desenvolve tipologias de policiais, com base nas relações desses profissionais com a lei e com os demais indivíduos. Quando se trata da relação do policial com a lei, o referido autor afirma que esse traço é específico do mundo policial e pode apresentar-se em graus maiores ou menores, de acordo com a compreensão que cada profissional faz da lei. Alguns a entendem como coerção, como arbitrária, e muitas vezes como obstáculo à efetiva realização do trabalho. Outros, a compreendem enquanto enquadramento, ou seja, exigência da sociedade, e, por isso, condição *sine qua non* para a realização do trabalho policial. Um terceiro grupo a considera como um contrato que retrata os valores da sociedade e define a maneira de relacionar-se dos cidadãos.

Quando se trata da relação dos policiais com os diversos atores sociais, Monjardet (2003) afirma que esses profissionais tendem a se distanciar dos não policiais. Tal postura se deve ao fato da polícia depender do Estado, ou seja, é um serviço para a sociedade e sua

função principal é o combate ao crime, fazendo com que os policiais afastem-se dos não policiais em solidariedade aos colegas de profissão, pelo fato desses profissionais sofrerem com a visão que os não policiais possuem deles (BRETAS, 1997; MONJARDET, 2003). A imagem da polícia, disseminada pela cultura de massa[1], sem levar em conta aquilo que é geral ou particular, está ligada à arma e à força, é comumente caricaturada, com vestimentas e gírias próprias, aproximando o policial ao estilo malandro e relacionando-o à violência e à corrupção (BRETAS, 1997; MONJARDET, 2003; DE GARAY, 2005; HAGEN, 2006).

Bittner (2003) e Gabaldón (2010) afirmam existir um aspecto corporativista evidente e intencional no trabalho policial, cujas bases encontram-se na realidade das tarefas desses profissionais. O trabalho policial é perigoso e arriscado, pois, antecipar os resultados dos encontros com os cidadãos e a conduta dos envolvidos não é tarefa simples. Esses resultados dependem da configuração da situação, dos temas e das situações envolvidas na intervenção policial. Por isso, para Bittner (2003), os policiais necessitam dispor do apoio e da lealdade dos colegas, dado o fato de que, em algumas situações, eles só podem contar com esse apoio, não sendo possível esperar a cooperação dos demais membros da sociedade. Essa condição de trabalho leva os policiais a unirem-se de modo a cooperar sempre com o colega, principalmente quando ele corre perigo e independentemente da legalidade da situação.

O espírito de cooperação que liga os membros da polícia os segrega da sociedade e também divide os departamentos interna e externamente. Isso acontece porque muitas vezes esses profissionais não compartilham segredos com os colegas de departamento ou com aqueles policiais que não sejam de sua convivência, o que pode atrapalhar o trabalho dos demais (BRETAS e PONCIONI, 1999; BITTNER, 2003).

O primeiro grande trabalho acerca do mundo policial (incluindo o tipo de trabalho realizado e a cultura dessa profissão) foi o de Jerome Skolnick (1966), que lançou as bases para os demais estudos. Bretas (1997, p. 81), ao analisar a "working personality" definida por Skolnick (1966), afirma que, para os policiais, suas experiências estão sempre permeadas pelo perigo e pela autoridade. A presença do perigo, na análise de Bretas (1997) e de Costa (2004), impede que os policiais consigam discernir adequadamente o uso de sua autoridade, o que torna a adesão às leis, dependente dos graus de perigo aos quais se acham expostos.

Desse modo, a autoridade desmedida dos policiais pode ser explicada por sua proximidade com o perigo. Eles, por medo e/ou insegurança, poderiam exagerar seus atos para protegerem-se dos perigos que os cercam (BRETAS, 1997). Esses perigos podem ser reais ou imaginários e são inerentes à profissão de policial, além de gerarem estresse e

sofrimento, bem como respostas de alerta, mesmo quando apenas imaginados, e ainda que esses profissionais não exerçam suas funções na rua (SOUZA et al., 2007; GRIZA, 2012).

O aumento da violência nas pequenas e grandes cidades sobrecarrega física e emocionalmente os policiais. Isso acontece devido ao fato de que, além de precisarem lidar com as pressões sociais por uma polícia mais eficiente, as condições de trabalho precárias desses profissionais interferem no desempenho de suas atividades, com prejuízos à saúde, desgaste, insatisfação, estresse e sofrimento psíquico (SOUZA et al., 2007).

A polícia é uma "categoria profissional bastante vulnerável à produção de sofrimento psíquico, uma vez que o exercício do trabalho é marcado por um cotidiano em que a tensão e os perigos estão sempre presentes" (SPODE e MERLO, 2006, p. 362). Desse modo, o trabalho policial é considerado controverso, pois revela uma realidade pouco conhecida pela sociedade em geral: a realidade do policial como trabalhador, que controla a violência, mas, ao mesmo tempo, pode reproduzi-la ou sofrer com ela.

Esses profissionais, portanto, têm consciência de que o perigo é inerente ao seu trabalho. Minayo, Souza e Constantino (2007) afirmam que o risco estrutura as condições de trabalho, ambientais e das relações desses profissionais, deixando seus corpos sempre expostos a esses perigos e suas almas sem descanso.

Parece, conforme visto acima, não existir unanimidade acerca do trabalho do policial. Autores como Skolnick (1966), Bretas (1997), Gabaldón (2010), Bittner (2003), Monjardet (2003) e Poncioni (2005; 2008), entre outros, buscam trazer à luz alguns aspectos desse trabalho, bastante dependente da relação do policial com as características da realidade social e de trabalho que o cerca.

Esta breve apresentação do trabalho policial apesar de configurar um recorte da bibliografia já produzida, oferece alguns subsídios para a discussão a ser entabulada a seguir. Antes, porém, faz-se necessário conceituar medo, para melhor discussão dos dados obtidos através deste trabalho.

3 O MEDO

O medo é um sentimento vivido por seres humanos e animais, considerado como emoção universal e natural que garante a sobrevivência, pois permite as respostas de luta e fuga diante das emergências da realidade. O medo é, assim, uma resposta saudável e adaptativa dos seres ao ambiente que os cerca (BAUMAN, 2008; SPOSITO, 2009). É um

sentimento muito complexo, no qual se percebe dois componentes: o sinal de alarme e a ansiedade. O alarme é deflagrado por algum acontecimento inesperado, gerando a resposta de enfrentamento ou fuga à situação. A ansiedade, por sua vez, é a sensação do perigo sem motivo aparente e pressupõe que exista a capacidade de antevê-lo (TUAN, 2005).

É inerente à natureza humana sentir medo. Enquanto cautela, ele pode ser considerado benéfico, pois protege os indivíduos dos perigos que rondam a todos. Esse sentimento, no entanto, pode ser um problema quando é exacerbado e irreal, no momento em que ele deixa de ser resposta adaptativa a algo concreto e se torna emoção de medo, sentida frente a algo imaginado, não passageiro, o que pode atrapalhar a qualidade de vida das pessoas e, em consequência, a comunidade (DANTAS, s/d; SPOSITO, 2009).

Quando faz parte do mundo humano, o medo ganha ímpeto e lógica próprios, não necessitando de cuidados ou investimentos para que cresça e se espalhe sem controle. Desse modo, a imaginação seria a responsável por aumentar os tipos e a intensidade dos medos dos seres humanos (TUAN, 2005; BAUMAN, 2008). Para Tuan (2005), os medos são subjetivos por serem experimentados por indivíduos, e podem ser imaginados ou reais, dependendo do ambiente em que cada indivíduo se encontre. Alguns medos podem perseguir as crianças, outros aparecem somente na adolescência, e muitos deles são relacionados à vida adulta.

O medo é ainda mais assustador quando ele é difuso, disperso, quando não existe de maneira clara, quando assombra os indivíduos sem que exista explicação visível ou possa ser percebido em todos os lugares, mesmo que não possa ser visto em lugar algum. Desse modo, para Bauman (2008), medo é o nome dado ao sentimento de incerteza diante de alguma ameaça. Essa incerteza está relacionada à ignorância acerca da ameaça e do que pode ou não pode ser feito para enfrentá-la ou cessá-la.

Os seres humanos conhecem aquilo que Bauman (2008, p. 09) define como "medo em segundo grau", ou "medo derivado", isto é, um sentimento que foi social e culturalmente "reciclado", capaz de orientar os comportamentos humanos, havendo ou não ameaça real. Esse medo relaciona-se a alguma experiência enfrentada na realidade e modela a conduta humana, mesmo que já não exista mais ameaça à vida ou à integridade do indivíduo.

O medo derivado é considerado "uma estrutura mental estável que pode ser mais bem descrita como o sentimento de ser *suscetível* ao perigo" (BAUMAN, 2008, p. 09, grifos no original). A suscetibilidade relaciona-se à insegurança, pois o mundo está repleto de perigos que podem se abater sobre os indivíduos em qualquer momento e/ou lugar, e à vulnerabilidade, pois, caso o perigo se concretize, não haverá chance de fuga ou de defesa. É

por isso que os indivíduos que interiorizaram a insegurança e a vulnerabilidade recorrerão às reações comumente utilizadas em uma situação de perigo, mesmo que a ameaça não seja real. O medo derivado, desse modo, se autopropulsiona.

Os medos secundários derivam do medo original, o medo da morte. A morte representa o fim de tudo, e os indivíduos buscam evitar ao máximo esse momento, apesar de terem a consciência de que ele, irremediavelmente, chegará. É a consciência da morte que difere os seres humanos dos demais animais, pois todos lutam pela sobrevivência, porém, somente os seres humanos precisam conviver com a consciência e o pavor da morte que um dia virá (BAUMAN, 2008).

Para Bauman (2008), existem três tipos de perigos e seus derivados dos quais os indivíduos têm medo: 1) o primeiro deles ameaça o corpo e as propriedades; 2) o segundo é geral em sua natureza e ameaça a durabilidade e a confiança na ordem social (sustento) e 3) o terceiro tipo de perigo é aquele que pode ameaçar o lugar de cada um no mundo (como aqueles relacionados à posição na hierarquia ou relacionados à identidade). Mesmo que exista essa divisão, Bauman (2008) afirma que comumente os indivíduos não relacionam seus medos aos perigos que realmente os causam. O que gera insegurança e vulnerabilidade pode ser interpretado com base em qualquer um dos três perigos, e assim, as respostas a eles são dirigidas a alvos distantes dos perigos que realmente causaram a insegurança ou o sentimento de vulnerabilidade.

Brito e Barp (2008) afirmam que se vive em tempos de crises, pois o momento histórico atual é caracterizado especialmente pela indefinição e pelos riscos inquietantes. Apesar de nascerem livres, os indivíduos estão inseridos em um mundo de relações fugazes, cuja liberdade que as acompanha é cercada por riscos. Para Bauman (2008), não faltam situações em que é possível sentir medo na época líquido-moderna, pois a ela falta a certeza, a segurança e a proteção. Lutar contra o medo é tarefa diária no mundo líquido-moderno, e seus perigos acompanham a vida humana de modo permanente e indissociável.

Por serem muitos e apresentarem-se de modos variados, os medos líquido-modernos são difíceis de serem compreendidos. Por não compreenderem a lógica e as origens de seus medos, os indivíduos líquido-modernos encontram muitas dificuldades em tomar as devidas precauções em relação a eles. Faltam, segundo Bauman (2008), as ferramentas e as habilidades necessárias para tal.

A geração líquido-moderna é a mais bem equipada em termos de tecnologia, ao mesmo tempo em que é aquela que se sente mais insegura e desamparada. É a sensação de

falta de controle que mais deixa os indivíduos líquido-modernos inseguros, e, mais precisamente, são as relações entre as pessoas que tornam a vida líquido-moderna ainda mais insegura. Suspeita-se dos outros e de suas intenções, e a confiança na solidariedade dos seres humanos quase se tornou extinta. A individualidade torna-se a causa de grande parte dos males dos indivíduos líquido-modernos, e o medo dos crimes e dos criminosos é o que caracteriza essa época (BAUMAN, 2007; 2008; 2009).

Além disso, o medo do perigo torna-se secundário quando se analisam seus desdobramentos. Quando os indivíduos vivem atrás de muros, protegem-se de diferentes maneiras, inclusive portando armas, ou blindam seus veículos, há alteração na vida social. Cada um vive no seu mundo e os outros se tornam suspeitos, até segunda ordem. As cidades, antes locais seguros aos indivíduos, se tornaram elas mesmas locais perigosos. As casas são, atualmente, os locais de segurança, enquanto a rua é o lugar da insegurança, onde o estrangeiro vive. Esse estrangeiro parece ser, na sociedade líquido-moderna, qualquer um que não seja reconhecido como igual. Do coletivo passou-se ao individualismo. E dentro do seu mundo particular, cada um precisa se proteger dos estrangeiros (BAUMAN, 2007; 2009).

Isso gera uma socialização superficial e restrita. Os indivíduos tendem a se manter próximos daqueles que lhes são conhecidos, considerando os demais como estranhos, suspeitando de todos aqueles que não compartilhem das mesmas condições sociais, culturais e econômicas. E quanto mais os indivíduos vivem em seus ambientes, mais difícil se torna para eles socializar com os demais e mais difícil é para eles traduzir os significados de seu mundo e compreender os significados do mundo dos demais (BAUMAN, 2009). Desse modo, os medos estimulam os indivíduos a assumirem uma posição de defesa. Quando isso acontece, o medo e os perigos se retroalimentam, dando a impressão de que os medos possuem a capacidade de se autoperpetuar, de se autofortalecer, de continuar crescendo com seus próprios recursos (BAUMAN, 2007).

O Estado, que antes era responsável pela proteção de todos os cidadãos, da cidade como um todo, agora parece somente ter condições de proteger os indivíduos. Assim, conforme Bauman (2008), de um Estado da proteção social, passou-se a um Estado da proteção pessoal, em que tudo é considerado conforme o indivíduo; passou-se da confiança e da fé, para o medo e a incerteza.

Esse breve esboço acerca do medo pode não contemplar todo o significado do termo, porém, serve como base para a discussão que seguirá. Como próximo passo, cabe delinear os caminhos trilhados para a obtenção dos dados empíricos objeto de formulações analíticas.

4 MÉTODO

Para a construção desta pesquisa optou-se pela utilização da metodologia de cunho qualitativo, pois, quando se deseja pesquisar um fenômeno social em profundidade, essa é a metodologia que deve ser escolhida (MINAYO, 1994; VÍCTORA, KNAUTH e HASSEN, 2000). Minayo (1994) ainda afirma que a pesquisa social é principalmente qualitativa e representa o mundo dos significados das ações dos sujeitos e suas relações, que não podem ser medidos, quantificados. Assim, a natureza do presente trabalho é exploratório-descritiva, pois pretendeu desenvolver ideias e fornecer pressupostos para uma situação comum, além de descrever as características dos sujeitos pesquisados (GIL, 2002).

O método de pesquisa escolhido foi o estudo de caso. Esse é o método mais comumente utilizado em pesquisas qualitativas, pois permite que o pesquisador tenha o conhecimento total e profundo da realidade pesquisada, seja ela um indivíduo, um grupo ou mesmo uma organização (GIL, 2002; YIN, 2005).

A coleta dos dados deu-se a partir de observação direta realizada com escrivães e inspetores de um dos departamentos da Polícia Civil no Rio Grande do Sul, o Departamento Estadual da Criança e do Adolescente (DECA), descrito a seguir. Na observação direta, o pesquisador passa a acompanhar o grupo que pretende pesquisar, porém, abstém-se de participar plenamente das atividades desse grupo, mantendo uma distância que permita que ele observe o que acontece naquela interação sem interferir em sua rotina (VÍCTORA, KNAUTH e HASSEN, 2000). Essas observações foram realizadas na Delegacia de Polícia para a Criança e o Adolescente Vítima (DPCAV) e em duas turmas do plantão da Delegacia de Polícia de Pronto Atendimento (DPPA), denominadas de Alfa e Beta[2], em dias e turnos alternados. No total, a pesquisa contou com mais de quarenta visitas a campo e mais de cem horas de observação das delegacias.

Além da observação direta, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com oito agentes das duas delegacias do DECA, em seu local de trabalho, com duração de aproximadamente quarenta minutos cada entrevista. Para proteger a identidade dos entrevistados, eles foram denominados, neste artigo, de Policial P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7 e P8. As entrevistas foram degravadas na íntegra de modo a permitir a análise de seu conteúdo. A entrevista é procedimento bastante utilizado em trabalho de campo, pois é através dela que o pesquisador pode obter informações que só são passíveis de ser transmitidas através da verbalização dos atores do contexto pesquisado. Ela não é uma conversa informal, mas sim,

uma conversa entre dois indivíduos, cujos propósitos são definidos de antemão (NETO, 1994).

Para a efetivação da análise dos dados, utilizou-se a análise de conteúdo, que, conforme Bardin (1988) consiste no exame das comunicações dos sujeitos, utilizando técnicas diversas. Parte-se da leitura superficial de todo o material coletado e chega-se até os níveis mais profundos de compreensão do referido material (MINAYO, 1996).

Nesse tipo de análise, o pesquisador precisa definir categorias para agrupar os dados de sua pesquisa. Nessas categorias, alerta Minayo (1996), não há necessidade de incluírem-se somente as falas que aparecem com mais frequência, mas também aqueles discursos que, mesmo que não sejam continuamente repetidos, possam refletir os pensamentos e valores do grupo pesquisado. Dessa forma, foram definidas categorias para o agrupamento dos dados, a partir de seu caráter semântico (BARDIN, 1988), ou seja, foram definidos alguns temas para agrupar as anotações de campo e as falas dos sujeitos. As categorias de análise foram definidas em: outro olhar sobre o trabalho policial, privações dos policiais e medos dos policiais. Após a leitura detalhada dos diários de campo e das transcrições das entrevistas, essas categorias surgiram como resposta aos objetivos do presente artigo.

4.1 O DECA – Departamento Estadual da Criança e do Adolescente

O DECA é um dos treze departamentos da Polícia Civil do Rio Grande do Sul, e é o responsável por tudo que se relacione a crimes cometidos contra crianças e adolescentes ou por crimes cometidos por adolescentes, conforme Lei a Federal nº 8.069/90. Sua estrutura operacional é dividida em: 1ª Delegacia de Polícia para a Criança e o Adolescente Vítima (DPCAV); 1ª Delegacia para o Adolescente Infrator (1ª DPAI); 2ª Delegacia para o Adolescente Infrator (2ª DPAI); Delegacia de Polícia de Pronto Atendimento (DPPA); Delegacias de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA's), em número de 11, localizadas no interior do Estado. Essas delegacias são subordinadas técnica e operacionalmente ao DECA e administrativamente ao Departamento de Polícia do Interior (DPI) (POLÍCIA CIVIL, s/d).

O DECA localiza-se em bairro central da capital gaúcha, e conta, nesse espaço, com a 1ª DPCAV, 1ª DPAI e a DPPA. A 2ª DPAI está localizada em outro bairro da mesma cidade e, junto com as DPCA's, não foi objeto da presente pesquisa[3]. O DECA é um departamento diferenciado, devido ao tipo de público que atende e às suas instalações. Por encontrar-se

anexo ao prédio do Ministério Público em Porto Alegre, suas instalações são novas e possui serviço de vigilância terceirizada.

Dentro desse prédio localiza-se a 1ª DPCAV e a 1ª DPAI, que funcionam em regime de trabalho em horário comercial, e a DPPA, que funciona em regime de trabalho de plantão. O plantão é dividido em quatro turmas, com cerca de cinco integrantes cada uma, que trabalha durante vinte e quatro horas, folgando setenta e duas horas. Os rendimentos e os cargos dos policiais de todas as delegacias são os mesmos, o que difere, pelo menos no DECA, é que alguns trabalham em regime de plantão e outros em horário comercial, de segunda a sexta-feira.

Além disso, por possuir justiça instantânea, o DECA conta ainda com juízes, defensores públicos e promotores de plantão, para o julgamento dos casos de flagrante delito que surgem na DPPA. Existe todo o aparato judicial para que, nos casos em que seja necessário o encaminhamento ao juiz, a sentença seja decidida logo após o delito.

A DPPA se parece bastante com uma delegacia, tal qual a maioria das pessoas conhece. Logo ao entrar, há um balcão de atendimento, com os computadores para o registro das ocorrências. Atrás desse balcão ficam os policiais, dentro de uma grande sala que ainda compreende o cartório, o alojamento e os banheiros. No espaço da DPPA, ainda, existe uma cozinha e a carceragem, onde ficam os adolescentes, aguardando os encaminhamentos. Próxima à DPPA está a 1ª DPAI, separada da primeira por paredes de compensado.

A DPCAV fica no lado contrário à DPPA, dentro das dependências do DECA. Nessa delegacia, o ambiente é um pouco diferenciado. Em vez de possuir um balcão, ela possui cartórios onde acontecem as oitivas dos envolvidos em crimes contra crianças e adolescentes. Todo o ambiente da DPCAV dá a sensação ao visitante, de que ele encontra-se em um ambiente escolar ou de atendimento em saúde para as crianças, um local que pouco se parece com uma delegacia. Brinquedos, quadros, lápis e outros artefatos lúdicos fazem parte desse ambiente.

5 OS POLICIAIS GAÚCHOS EM AÇÃO: ANALISANDO OS DADOS

Este item pretende apresentar e analisar alguns dos dados de campo e entrevistas coletados durante a pesquisa nas dependências do DECA. A partir das categorias de análise, criaram-se dois subitens para a apresentação e análise dos dados de campo e entrevistas. O trabalho policial na ótica dos atores, que apresentará ao leitor a maneira como esses

profissionais descrevem sua atividade, e os medos e privações dos policiais, onde são analisados em conjunto os achados que dão conta desse viés inerente ao trabalho dos policiais.

5.1 O trabalho policial na ótica dos atores

Este subitem pretende mostrar as falas dos policiais acerca de seu trabalho, dado o fato de que, nessas falas, esses profissionais corroboraram aquilo que os autores como Hagen (2006) já haviam encontrado, ou seja, a Polícia Civil é a polícia investigativa e judiciária, e sua atividade pode ser aproximada ao campo jurídico. Quando solicitados a responder qual era o trabalho da Polícia Civil, cinco dos oito entrevistados (Policiais P2, P4, P5, P6 e P8) relacionaram seu trabalho à polícia judiciária e investigativa, como demonstra a fala a seguir:

> Hoje a Polícia Civil ela atua como Polícia Judiciária. Ela é acionada após o cometimento do delito. A pessoa cometeu um furto, é feito... É identificado, é feito o procedimento e aí ela responde perante a justiça. Então esse procedimento judicial, judiciário, passa pelo âmbito policial e é encaminhado ao judiciário. Então ela tem a função investigativa e judiciária. Essas atribuições. (Policial P2)

Esses profissionais parecem ter respondido à pergunta com base naquilo que está prescrito à Polícia Civil, em conformidade com a Constituição Brasileira (BRASIL, 2010) e com o descrito em Hagen (2006). Mesmo que essas respostas correspondam à maioria, outras duas respostas (Policial P3 e P7) são diferentes, retirando o trabalho policial da esfera objetiva e considerando aspectos mais subjetivos. Há uma resposta, no entanto, que difere bastante das demais, e demonstra aquilo que Bretas (1997), Bittner (2003) e Monjardet (2003), entre outros, já haviam afirmado.

> Ai meu Deus... É... Antes de ser polícia a gente pensa que é correr atrás de bandido e prender... E era isso... E fazer prova... Saber fazer bem as perguntas. E aí depois que a gente começa a exercer, o trabalho do policial civil é tão imenso que fica difícil até falar sobre isso. Tem toda esta coisa da prisão e das boas perguntas pra depois instruir um procedimento judicial... Mas... Principalmente aqui onde a gente trabalha, tem toda esta demanda emocional. Tu recebes uma carga de problemas emocionais, psicológicos, familiares... E ter que lidar com isso é algo muito diferente, porque eu não tenho formação pra isso... Eu não sou psicólogo... Então eu acho que a instituição, a profissão, exige do policial algo que ele não tá preparado... E nunca vai estar... A gente vai ter que ter quantas formações pra estar preparado? Pra socorrer, a gente tem curso de socorrista, se passar mal eu tenho a obrigação de parar e socorrer; pra ouvir e orientar, de alguma forma, como se fosse psicólogo, pra dar orientação jurídica, e aí então tem que ter formação em direito... É algo assim, quase desumano... A solicitação do policial civil. E capaz de dar a vida pelo próximo... É algo fantástico, é uma profissão lindíssima... (Policial P1)

A resposta da Policial P1 deixa claro que faz parte do trabalho policial o uso da força (WEBER, 1944; BITTNER, 2003; MONJARDET, 2003), nem sempre a força física, como quando precisa utilizar seus conhecimentos para "fazer prova" (sic) ou "saber fazer bem as perguntas" (sic), mas sim, a representação de sua força, de seu poder (TAVARES DOS SANTOS, 1997; BITTNER, 2003). A policial também liga o trabalho da polícia ao campo jurídico, como encontrado nas demais respostas e, ainda, traz como parte de suas atividades a capacidade para lidar com demandas diferentes daquelas comumente endereçadas a essa organização, o que torna o trabalho quase impossível de ser descrito, chegando, como coloca a entrevistada, a ser desumano.

Com esse depoimento, pode-se introduzir a compreensão de que, diferentemente de máquinas que não possuem sentimentos, ou que não são influenciados pelos acontecimentos com os quais tomam contato em suas jornadas de trabalho, os policiais encontram-se numa posição em que precisam ser eficientes, demonstrar força e coragem, ao mesmo tempo em que são bombardeados pelas privações inerentes à sua profissão e os medos gerados por ela. O próximo subitem mostrará ao leitor de que modo são percebidos as privações e os medos dos policiais.

5.2 Privações e medos dos policiais

Privações e medos são duas características da atividade policial que, desde o ponto de vista deste artigo, podem ser consideradas em conjunto. Por isso, neste subitem procedeu-se dessa forma, buscando ligar as privações sofridas por esses profissionais aos medos, que, mesmo de modo indireto, os policiais demonstraram durante a pesquisa.

As privações que mais claramente sofrem os policiais são aquelas consideradas físicas, ou seja, em muitas delegacias, faltam insumos materiais e de pessoal para que o trabalho seja levado a cabo de maneira eficiente, como mostra a nota de diário de campo que segue:

> O agente se aproxima e me diz que, se eu quero saber quais são os problemas da Polícia Civil, eu tenho que pesquisar as questões de trabalho e salário dos policiais. [...] Ele afirma que as outras delegacias são um lixo, que muitas delas não possuem sequer alojamento para os agentes descansarem durante a noite. Ele afirma que as condições de trabalho são horríveis e que o fato de ficar 24 horas acordado acaba com a saúde das pessoas. [...]. O agente fala novamente que as condições dos policias não são boas, nem fisicamente, nem psicologicamente. Para ele, faltam todas as condições de trabalho na Polícia Civil, e o sucateamento dos lugares dificulta o trabalho. (Nota de diário de campo – dia 8)

Essas privações, como o Policial P2 ressaltou em sua entrevista, dificultam o trabalho desses profissionais, pois, no embate com o crime, a polícia normalmente sai perdendo:

> A gente está anos-luz atrasado em algumas coisas, porque eu faço o comparativo no seguinte sentido: se o crime que não tem estrutura alguma, o crime é algo completamente ilícito, ele está num estágio demasiado, a coisa tá muito avançada, porque o órgão que tem que apurar esse crime, esse delito... Por que o órgão que tem que fazer isso também não pode acompanhar esse avanço? Por que ele tem que estar sempre atrás? Por que quando o criminoso é pego com metralhadora, o policial está com revólver? E aí, quando o policial está com uma pistola, o criminoso está com uma bazuca? Ou quando ele está com uma viatura mais potente o outro está com uma viatura três vezes mais? Então, a gente está sempre atrás. (Policial P2)

Souza et al. (2007) afirmam que essas condições precárias geram sofrimentos aos policiais, pois eles não conseguem desempenhar suas atividades de maneira satisfatória, para a sociedade e para si mesmos, segundo as percepções dos próprios policiais. Além disso, a precariedade das condições de trabalho torna os policiais tão suscetíveis aos perigos da realidade quanto os não policiais, dado que, no momento em que eles não estão física e/ou psicologicamente preparados para atuar, são colocados na mesma posição de insegurança e vulnerabilidade que os demais cidadãos. O medo, portanto, torna-se também parte da rotina de trabalho desses profissionais, mesmo que escondido sob o manto do poder do Estado.

O medo também pode explicar o motivo pelo qual os policiais tendem a segregar-se de seus colegas e dos não policiais. Esses profissionais segregam-se da sociedade, por acreditarem que precisam proteger-se dela, dado o fato de que, para eles, somente um policial pode compreender outro policial. Além disso, muitos desses profissionais não fazem questão de mostrarem-se servidores da polícia, por todo o imaginário popular acerca dessa organização (BRETAS, 1997; MONJARDET, 2003; DE GARAY, 2005, HAGEN, 2006) e também para protegerem-se de represálias.

> Logo, vem o delegado mostrar seu novo coldre de munição e entregar ao pessoal alguns adesivos que denotariam o uso de armas. O comentário do pessoal é de que aquele adesivo seria uma espécie de chamarisco para ser assaltado, pois os ladrões veriam que aquela pessoa tem arma e a assaltariam para roubar o armamento. O agente aproxima-se do rapaz da FASE[4] que puxou assunto e, pegando o adesivo na mão, diz que, ao contrário de colocar o adesivo, é preciso manter o anonimato. Eles conversam um pouco e falam que evitam mostrar que são da polícia, pois podem sofrer represálias. (Nota de diário de campo – inserção 24)

Ao mesmo tempo em que esses profissionais ligam-se aos colegas de equipe, existe um grande distanciamento dos demais colegas, mesmo os de departamento. As duas falas a seguir dão conta da ambiguidade do relacionamento entre os policiais:

> Entre os meus colegas? Nossa! É uma coisa... É uma proteção, uma proteção. Os meus colegas atuais, com quem eu trabalho, eu dou as costas pra qualquer um e estou muito atenta a eles também, à proteção deles... À minha proteção e à proteção deles... Formou-se uma grande família. A relação, ela é maravilhosa... (Policial P1)
> Nesse departamento teve muita mudança de funcionários, então entra um diretor, traz a leva dele... Então a gente não tem contato. Tem cinco ou seis colegas que vieram com esse diretor que eu nem conheço, estão na outra delegacia. Então a gente não tem contato. (Policial P7)

Assim, pode-se conjecturar que os policiais estejam numa posição um tanto solitária em sociedade. Por um lado, protegem-se dos não policiais e distanciam-se deles; por outro, nem mesmo entre iguais eles encontram total cumplicidade.

Numa sociedade em que a individualidade é a tônica das relações (BAUMAN, 2007; 2009), esses profissionais repetem o modelo social, restringindo sua socialização àqueles com os quais compartilham o trabalho e, em muitos casos, restringindo mais ainda àqueles com os quais dividem o espaço de trabalho, ou seja, os colegas de equipe. Desse modo, os policiais relacionam-se de maneira superficial com os não policiais que não pertencem ao seu círculo de relacionamento, e também com os policiais, colocando-se em posição de estranhamento em relação a ambos. Essa maneira de lidar com os outros, na sociedade líquido-moderna, como afirma Bauman (2009) dificulta cada vez mais a socialização entre os indivíduos, tornando cada vez mais difícil que cada um consiga traduzir os significados de seus mundos e compreender os significados dos mundos dos demais.

Os não policiais e os policiais de outras equipes tornam-se, dessa forma, estrangeiros, dos quais é preciso manter-se à distância. Os estrangeiros são aqueles indivíduos dos quais é preciso ter medo, pois suas intenções são desconhecidas e, provavelmente, más (BAUMAN, 2009). Esse medo faz com que os policiais assumam posição de defesa, distanciando-se ainda mais dos estranhos e alimentando cada vez mais as desconfianças e a distância desses estrangeiros, fechando-se cada vez mais em seu pequeno círculo, conhecido e seguro.

Mesmo que Bauman (2008) afirme que o Estado não consegue mais dar conta dos interesses de todos os cidadãos, dando ênfase aos casos individuais, o que caracteriza o Estado da proteção pessoal, a polícia ainda representa a força do Estado no combate à violência. Aliada a isso, a abrangência do trabalho desses profissionais demonstra indícios de que sua atuação seja irrestrita e respeitada por todas as instâncias da sociedade. O que acontece, porém, é que a polícia não possui poder total sobre os cidadãos e, tampouco, liberdade total para sua ação (MONJARDET, 2003). O trabalho da polícia tem por base o respeito às leis, precisando ser efetiva, e, efetividade, atualmente, envolve o menor uso de força possível (BITTNER, 2003; HAGEN, 2006), mesmo na presença da violência, com a

ISSN 1984-6606

qual o trabalho dos policiais está invariavelmente relacionado, desde suas formas mais simples até as mais complexas (SPODE e MERLO, 2006; SOUZA et al., 2007; GRIZA, 2012).

Essa proximidade com o perigo e o medo gerado por ela criam formas de perceber a sociedade, que envolve a insegurança, seja para consigo mesmo, seja para com os demais. Desse modo, os policiais se encontram em posição de poder defender os interesses dos indivíduos, e esses indivíduos podem ser eles mesmos. Por terem a consciência de quão pode ser violenta a sociedade, esses profissionais vivem em estado de alerta. Diferentemente de outras profissões, o policial não deixa de sentir-se policial quando não está trabalhando, ele não descansa (MINAYO, SOUZA E CONSTANTINO, 2007).

> [...] tu quer ser polícia 24 horas. E tu... É uma coisa que tu não consegue tirar de ti. [...]. Eu acho que isso aí tem uma coisa assim, ó: se a gente faz nosso trabalho, tudo, não poderia... Teria que dar uma relaxada disso, mas tu... Tu não consegue, nem no fim de semana te desligar... (Policial P3)
> Digo a ele que não é fácil sair daqui e deixar tudo para trás, ao que o agente me diz que não tem como não levar para casa. Conta que logo que começou a trabalhar na polícia, assistia todas as notícias de violência, aos filmes, enfim, conta que em dado momento, se deu conta de que seu plantão durava mais de 24 horas, pois não desligava da polícia. (Nota de diário de campo – dia 20)

Ser polícia 24 horas por dia, como a fala e a nota de diário de campo acima demonstram, faz com que esses profissionais estejam alertas em todos os momentos, a todos os possíveis perigos, como Souza et al. (2007) e Griza (2012) afirmam. Se for levado em conta que o medo se caracteriza pelo sinal de alerta e pela ansiedade (TUAN, 2005), independentemente de esses sinais estarem diretamente relacionados ao evento (BAUMAN, 2008), pode-se afirmar que os policiais vivem com medo. E o medo sentido por esses profissionais é repassado em suas relações, dado o fato de que são eles que precisam proteger a sociedade e, da sociedade, também fazem parte as pessoas que gravitam no entorno do policial.

> O que eu levo daqui pra minha casa assim é o medo, a insegurança de acontecer alguma coisa com as minhas filhas, então eu protejo elas ao máximo. [...]. Que eu tenho muito medo de assaltos, de sequestro relâmpago, então isso aí me angustia. E o que eu levo pra minha casa é isso. As partes negativas da polícia que eu levo. [...] Aquela insegurança, que sabe que... Tu piscou o olho eles já estão em cima de ti. Então essa parte aí de insegurança eu levo. Que é algo de... Possa acontecer alguma tragédia, alguma coisa e é esta parte aí que eu levo pra minha casa. [...]. Então essa parte aí eu acho que é muito daqui, que a gente vê as vítimas... [...] Muita angústia. To na rua, to com uma bolsa pequena, sabe, pra não ser alvo de ninguém... Não sei o que pode acontecer. (Policial P7)

O medo é uma resposta benéfica dos seres humanos (BAUMAN, 2008; SPOSITO, 2009), que permite sua sobrevivência aos perigos. Quando ele é percebido de modo exacerbado, atrapalha a qualidade de vida, tornando a sensação de medo, que deveria ser benéfica, em um problema e, consequentemente, piorando a qualidade de vida do indivíduo e daqueles com quem ele convive (DANTAS, s/d), algo perceptível na fala da policial P7.

Por mais que boa parte do trabalho dos policiais civis seja realizado no interior das delegacias, o perigo e a violência estão sempre presentes. Eles tornam-se realidade em cada uma das ocorrências registradas, e, no âmbito de uma delegacia, isso acontece na relação do policial com as vítimas e os infratores, mediada pelo balcão de atendimento.

> Um agente oferece-me uma bala que outro deixou ali para o pessoal, mas dispenso, pois nem almocei ainda. Ele abre o papel enquanto me diz que "só com balinha pra aguentar esse balcão" [sic]. Digo a ele que assim adoça o balcão, ao que ele concorda. (Nota de diário de campo – inserção 36)

O balcão, desse modo, representa todas as mazelas dos seres humanos e o quanto os indivíduos podem assemelhar-se, em suas atitudes para com os outros, a animais. É o balcão que traz a insegurança e a vulnerabilidade a que todos podem se ver expostos. É através do balcão que os policiais entram em contato com perigo e, consequentemente, com o medo.

O que acontece, no caso dos policiais do DECA – e talvez com todos os policiais –, é que eles percebem que todos podem ser indivíduos perigosos, mesmo indivíduos que sequer tenham chegado à vida adulta. Bauman (2008) afirma que os medos são ainda mais assustadores quando difusos, dispersos, quando podem ser percebidos em todos os lugares, mesmo que não possam ser vistos. O que parece bastante claro na rotina desses profissionais é que eles passam a perceber o perigo em todos os lugares, por tudo aquilo que escutam no balcão.

> Ah, mais assim a questão da violência que a gente vive hoje. Pra ter mais cuidados... Que a gente vê que a... Dentro dessa nossa... Público que a gente atende aqui, a gente vê que a violência ela está em todo lugar, em toda hora, faça sol, faça chuva, sábado, domingos e feriados, de manhã, de tarde e de noite. Não tem hora. Então... Mais é neste aspecto, pra sempre ter bastante cuidado, que a violência pode estar em qualquer lugar. [...] Ver assim coisas simples, mas ver perigo. Às vezes num simples, uma atividade escolar na casa do coleguinha de aula, a gente já acha que... Que... Já pergunta se a colega ou o colega tem irmão adolescente, quem é que mora na casa, se os pais são casados, se tem padrasto, se tem madrasta, com quem vive, então... Claro, isso aí a gente acaba levando, a gente cria... Porque às vezes é um simples trabalho, é um... Mas a gente acaba... Vendo outras coisas que podem acontecer. Então a gente tenta prevenir. (Policial P4)

A incerteza do mundo líquido-moderno está principalmente relacionada aos seres humanos. Bauman (2008) afirma que o medo dos outros seres humanos é o que causa maior

sofrimento aos indivíduos. Medo é a incerteza diante de alguma ameaça, relacionada à ignorância acerca da ameaça e do modo de agir para cessá-la ou enfrentá-la. O trecho de entrevista acima ilustra o medo e a privação da liberdade experimentados pelos policiais, pois eles, por não confiarem naqueles que não fazem parte de seu círculo de amizades, ficam tensos e com medo, mesmo diante das atividades corriqueiras da vida, como deixar o filho frequentar a casa de algum colega, ou mesmo ir à escola.

> Eu passo essa insegurança: olha, tu pode ser assaltada, pode ser isso, pode ser aquilo, pode abrir o carro, podem te botar pra dentro, tu é pequenininha, sabe, então esta parte assim tudo eu passo muito pra elas... De... E elas me cobram às vezes também: "Ah, tu não nos deixa fazer nada, não sei o que"! "Não, minha filha, é porque eu... Eu só trabalho com desgraça, minha filha, só trabalho no meio de marginais minha filha... Pessoas que vão lá, que são assaltantes, que estão matando, que estão traficando. A mãe trabalha nesta parte. Então a mãe tem uma visão diferente dos outros pais. A mãe quer saber quem é o professor que vai te levar, se tem abuso, se tem isso, se tem aquilo. Então a mãe quer saber com quem tu vai, e qual é o ônibus em caso de acidente, que horários vocês vão ir, qual é a rotina, quem é que vai receber vocês, então isso aí a mãe, infelizmente a mãe tem uma outra visão que os outros pais não têm, minha filha. Eu sei que acontece, então eu tento evitar". (Policial P7)

Mesmo que esses profissionais tenham consciência do perigo que cerca sua atividade, encará-lo gera sofrimento psíquico. Como Minayo, Souza e Constantino (2007) afirmam, o risco estrutura a vida desses profissionais, inclusive suas relações. Os corpos desses profissionais estão sempre expostos e, consequentemente, para muitos deles, os corpos daqueles que amam.

A conjuntura do trabalho dos policiais, como os dados e as falas dos policiais demonstram, gera sofrimento psíquico, corroborando aquilo que Spode e Merlo (2006) e Souza et al. (2007) afirmam. Todas as exigências do trabalho e as privações a que esses profissionais são submetidos, sejam elas reais (como as físicas, que podem ser percebidas por qualquer indivíduo), sejam elas passíveis de discussão (como as sociais e psíquicas, tais como a visão da sociedade em relação a esses profissionais, sua relação com as leis e com os não policiais e a proximidade com o perigo) colaboram para isso.

> Eu sempre idealizei de uma forma diferente, eu sempre olhei pro aspecto positivo da polícia civil. Pessoas com coragem, com essa capacidade de poder dar a vida... Em troca de outra pessoa. E da defesa, da proteção, da segurança, eu sempre vi desse jeito, mas acho que vi de um jeito muito idealizado. Então, quando eu entrei na polícia civil eu fui oradora da minha turma e no meu discurso mostra toda essa polícia, capaz de toda essa doação, de estar com a cabeça cheia de coisas, mas ali, ouvir o problema do próximo, compreender, assimilar, tentar dar o melhor que pode. Foi caindo, foi caindo, eu fui vendo os colegas, eu fui vendo o desgosto, a falta do olhar do governo pra esta instituição, o abandono. E fui me dando conta que é uma

> instituição autofágica, ela se come. O nosso problema é interno. Nenhuma outra instituição vai acabar com a Polícia Civil, ela mesmo que vai terminar com ela. A gente vê delegados contra propósitos de policiais, uma desunião entre policiais mesmo. Isso vai te amargurando de uma forma. Eu vejo a Polícia Civil de uma maneira muito diferente. Não é igual àquela Polícia Civil que a minha mãe via, tá, mas é uma instituição muito fragilizada, muito fragilizada. [...] Muita doença. Aqui não, mas em contato com os policiais fora da instituição... Nossa! É apavorante! Apavorante! O que a Polícia Civil. Aí eu não sei, eu sempre digo: o que vem antes? O ovo ou a galinha? O doente entrou para a Polícia Civil? Ou a Polícia Civil adoeceu o sadio? Eu não sei... Mas existe um processo aí de insanidade mental dentro desta instituição, uma loucura. Se manter sã aqui é complicado. (Policial P1)

Os policiais parecem viver sob o domínio da insegurança, da ansiedade, privando-se da liberdade de ir e vir e privando aqueles a quem ama. O medo perpassa a vida desses profissionais e muda sua maneira de perceber a realidade. Desse modo, o medo gera sofrimento e o sofrimento parece ser uma das causas do adoecimento dos policiais.

Diante de todas essas colocações, fica evidente o fato de que os policiais sabem que são eles mesmos que precisam cuidar dos outros e de si, independentemente do que a sociedade pensa acerca de seu trabalho. O contato diário com o perigo e a consciência de que necessita tratar dele da maneira mais correta possível, cria uma forma de ser desses sujeitos, envolvida no alerta ao perigo iminente, cria uma forma de agir baseada no medo. E esse medo está dentro e fora da instituição policial, está ligado à violência existente nas ruas, ao mesmo tempo em que se liga a processos organizacionais que deixam os policiais à mercê, seja por que o crime encontra-se mais organizado que os aparelhos de segurança pública, seja por que os policiais, muitas vezes, não encontram condições físicas, sociais e psíquicas para lidar com sua realidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente artigo foi compreender os medos e privações a que são submetidos os policiais, com base no trabalho desses profissionais. Os achados do presente artigo demonstram que esses profissionais realizam suas atividades em condições de limitações materiais e humanas, tornando a proximidade com o perigo ainda mais evidente. Essa conjuntura torna o dia a dia dos policiais perpassado pelo medo.

A rotina de trabalho dos policiais é composta por diversas tarefas que exigem desses profissionais mais do que conhecimentos e habilidades objetivos, exigem que eles dediquem seus corpos e suas almas, como já haviam afirmado Minayo, Souza e Constantino (2007). Os policiais sabem que a violência está em todos os lugares, que pode acontecer em qualquer

lugar, com qualquer indivíduo, bastando, para isso, um pequeno deslize. Esse contato diuturno com situações de violência, aliado à consciência de que esses profissionais nem sempre estão preparados para o enfrentamento, deixa claro a eles que a sociedade está à mercê do perigo e somente eles podem fazer alguma coisa, pelos demais e por si mesmos.

Ao mesmo tempo, eles confiam muito pouco nos não policiais e em alguns de seus colegas, o que os coloca em posição isolada em relação aos demais. Assim, esses profissionais nunca se desligam de suas atividades, posto que, em seu imaginário, eles precisam estar sempre atentos a tudo, para evitar ao máximo o perigo.

A proximidade com o perigo já havia sido analisada enquanto elemento da cultura organizacional desses profissionais (GRIZA, 2012), porém, neste trabalho, o perigo aparece ligado ao medo e às privações. O medo não aparece sempre claramente, ele está implícito nos discursos desses profissionais, mas torna-se claro quando se analisa todo o contexto de trabalho dos policiais.

Mesmo treinados para o enfrentamento das mais diversas situações de violência e imaginando-se que a experiência os torne imunes a sentimentos de medo em relação ao que observam todos os dias, a pesquisa demonstra que a proximidade com o perigo transforma a visão de mundo dos policiais, transformando-a em uma visão perpassada pelo medo do perigo iminente. Assim, o sentimento de que necessita estar sempre atento e de que não pode se desvencilhar de sua profissão passam a fazer parte das vidas desses profissionais, a ponto de levá-los ao adoecimento.

Dessa forma, quem cuida da segurança dos cidadãos são os policiais, e quem cuida da segurança dos policiais são eles mesmos, tornando suas vidas inseguras, posto que eles dependem deles mesmos, todo o tempo. Quando se pensa a vida dos policiais a partir dessa perspectiva, pode-se adicionar mais um dado à compreensão dos motivos que levam esses profissionais a sofrerem tanto pelo fato de não conseguirem desligarem-se de sua profissão, como constataram igualmente Minayo, Souza e Constantino (2007) em suas pesquisas.

---

[1] A título de exemplo existem filmes como "Show Time" (Warner Bros., Estados Unidos, 2002), em que são apresentadas duas imagens caricaturadas de policiais: uma delas é o detetive interpretado por Robert De Niro, insensível, pouco falante e solitário, e a outra imagem caricaturada é o ator interpretado por Eddie Murphy, espalhafatoso, exagerado em suas vestimentas. Os dois personagens encontram-se em um *reality show*, que procura mostrar a realidade da polícia.

2 Alfa e Beta são nomes fictícios das turmas, utilizados no presente trabalho para proteger a identidade dos policiais observados nessas duas turmas de plantão.

3 Dados obtidos nas visitas a campo.

4 FASE – Fundação de Assistência Sócio-Educacional. Instituição para onde são enviados os adolescentes infratores, quando o juiz assim define.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio; PERALVA, Angelina. Estratégias de intervenção policial no estado contemporâneo. Nota de apresentação. **Tempo Social; Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 1-4, mai. 1997.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1988.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Medo líquido.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

BITTNER, Egon. **Aspectos do trabalho policial.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Série Polícia e Sociedade, n. 8, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acessado em 17 dez. 2010.

BRETAS, Marcos Luiz. Observações sobre a falência dos modelos policiais. **Tempo Social; Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 79-94, Mai. 1997.

BRETAS, Marcos Luiz; PONCIONI, Paula. A cultura policial e o policial civil carioca. In: PANDOLFI, Dulce, et al. (org.). **Cidadania, justiça e violência.** Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999.

BRITO, Daniel C. de; BARP, Wilson J. Ambivalência e Medo: faces dos riscos na Modernidade. **Sociologias,** Porto Alegre, ano 10, nº 20, p. 20-47, Jul./Dez. 2008.

COSTA, Naldson Ramos da. Ofício de polícia, violência policial e luta por cidadania em Mato Grosso. **São Paulo em Perspectiva,** São Paulo, v. 18, n. 1, p. 111-118, 2004.

DANTAS, G. F. L. **Informação pública sobre crime e violência: precedentes da União Europeia e Estados Unidos da América.** Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Segurança Pública online. Biblioteca. Artigos. s/d. Disponível em: http://portal.mj.gov.br. Acessado em 21/10/2012.

DE GARAY, Maria Eugenia S. Armados, enrejados, desconfiados... Tres breves lecturas sobre la cultura policial mexicana. **Política y Sociedad,** México, v. 42, n. 3, p. 87-102, 2005.

GABALDÓN, Luis Gerardo. Incertidumbre y uso de la fuerza en el trabajo policial. **Revista Brasileira de Segurança Pública,** São Paulo, ano 4, ed. 16, p. 32-48, Fev./Mar. 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRIZA, Anne. **Implicações das culturas organizacionais da Polícia Civil na vida familiar dos policiais.** Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Escola de Administração. Programa de Pós-Graduação em Administração. Porto Alegre, 2012.

HAGEN, Acácia M. Maduro. **O trabalho policial: estudo da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul.** São Paulo: IBCCRIM, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de S. (org.); DESLANDES, Suely F.; NETO, Otávio Cruz; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, R.J.: Vozes, 1994.

MINAYO, Maria Cecília de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 4 ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1996.

MINAYO, Maria Cecília de S.; SOUZA, Edinilsa R.; CONSTANTINO, Patrícia. Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in)segurança pública. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 11, p. 2767-2779, Nov. 2007.

MONJARDET, Dominique. **O que faz a polícia: sociologia da força pública.** ed. rev. 2002. Série Polícia e Sociedade; n. 10. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

NETO, Otávio Cruz. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de S. (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, R.J.: Vozes, 1994.

POLÍCIA CIVIL. **Cartilha da Criança e do Adolescente**, s/d.

PONCIONI, Paula. O modelo policial profissional e a formação profissional do futuro policial nas Academias de Polícia do Estado do Rio de Janeiro. **Sociedade e Estado,** Brasília, v. 20, n. 3, p. 585-610, Set./Dez. 2005.

PONCIONI, Paula. Um olhar sobre a gestão da segurança pública através do processo de socialização profissional do futuro policial no Rio de Janeiro (Brasil) e em Toronto (Canadá). **Interfaces Brasil/Canadá**, Rio Grande, n. 8, p. 295-315, 2008.

SKOLNICK, Jerome. **Justice without trial. Law enforcement in democratic society.** New York: John Wiley, 1966.

SOUZA, Edinilsa Ramos de., et al. Sofrimento psíquico entre policiais civis: uma análise sob a ótica de gênero. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 105-114, jan, 2007.

SPODE, Charlotte B.; MERLO, Álvaro R. C. Trabalho policial e saúde mental: uma pesquisa junto aos Capitães da Polícia Militar. **Psicologia, Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v.19, n.3, p. 362-370, 2006.

SPOSITO, Fabiana V. As dimensões do medo. In.: ENCONTRO PARANAENSE, CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOTERAPIAS CORPORAIS, XIV, IX, 2009. **Anais**: Curitiba, Centro Reichiano, 2009. CD-ROM. Disponível em: centroreichiano.com.br/artigos. Acessado em 11 out. 2012.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. A arma e a flor: formação da organização policial, consenso e violência. **Tempo Social; Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v.9, n. 1, p. 155-167, mai. 1997.

TUAN, Yi-fu. **Paisagens do medo.** São Paulo: Editora UNESP, 2005.

VÍCTORA, Ceres Gomes. KNAUTH, Daniela Riva. HASSEN, Maria de N. Agra. **Pesquisa qualitativa em saúde: Uma introdução ao tema.** Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

WEBER, Max. **Economía y sociedad: esbozo de sociología comprensiva.** Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 1944.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos.** 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.